

### A Reforma Agrária (1962-1973)

No começo do século XX, a estrutura da sociedade rural chilena mantinha um modelo tradicional em que predominava a grande propriedade, com uma hierarquia social rígida, autoritária e paternalista. Nesse contexto, os setores progressistas do país exigiram uma reforma agrária. Assim, em 1938, quando os radicais estavam no poder, foi privilegiada a industrialização do mundo urbano em detrimento do rural e, em consequência, começou uma grande emigração de centenas de milhares de camponeses para a cidade em busca de melhores oportunidades, levando a economia agrícola a uma grave crise que incapacitou o país de produzir o alimento necessário para o abastecimento interno, o que justificou a importação de alimentos na década de 1950.

Na década de 1960, a pressão por uma reforma agrária voltou a nascer, mas desta vez com o apoio de Igreja Católica. A proposta de distribuição de terras entre os camponeses contou com o apoio dos Estados Unidos, através da “Aliança para o Progresso”. Assim, sob essas pressões o presidente Jorge Alessandri, promulgou em 1962 a primeira lei da Reforma Agrária, o que permitiu ao estado redistribuir terras aos camponeses e organizar instituições fiscais para realizar uma reforma no campo.

No governo de Eduardo Frei Montalva, a reforma agrária experimentou um grande impulso com o slogan “a terra para quem a trabalha”. Uma nova lei de Reforma Agrária foi promulgada e o governo procurou modernizar o mundo agrícola através da redistribuição de terras e sindicalização camponesa. Assim, mais de 100 mil camponeses se organizam em quase 400 sindicatos.

O governo de Salvador Allende continuou o processo de Reforma Agrária, a fim de expropriar todas as grandes propriedades e transferi-las à administração do Estado, às cooperativas agrícolas ou aos assentamentos rurais. Esta época foi marcada por uma grande efervescência camponesa por meio de ocupações rurais, em um clima de violência e confronto que polarizou a sociedade chilena.

Até a época do golpe de Estado de 11 de setembro de 1973, os governos do Partido Popular desapropriaram cerca 4400 terras agrícolas (6,4 milhões de hectares), acabando com a velha ordem latifundiária. Duas décadas depois do golpe de Estado, o modelo neoliberal invadiu o mundo rural, produzindo a transferência de terras para novos capitalistas, que modernizaram a produção agrícola, transformando os camponeses em proletariado.